

# SUMÁRIO

## DIREITO PENAL

→ CEBRASPE-CESPE.....	07
→ VUNESP.....	38
→ FCC.....	59
→ FGV.....	82
→ INSTITUTO AACP.....	112
→ AACP.....	134
→ GABARITO COMENTADO.....	140

# DIREITO PENAL

Renato Augusto de Alcântara Philippini

**As questões a seguir foram selecionadas de acordo com os assuntos mais recorrentes em concursos organizados pela banca CEBRASPE-CESPE.**

## → CONCEITOS, OBJETO, TEORIAS E EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL

**1. (CEBRASPE-CESPE – 2019)** A respeito da teoria do delito e da ação, assinale a opção correta.

- a) A teoria finalista de Hans Welzel define que a ação consiste no mero movimento corporal capaz de alterar o mundo exterior, independentemente da intenção do agente.
- b) A ação, no neokantismo, é o movimento corporal impregnado de finalidade para se atingir o propósito consciente almejado pelo agente.
- c) A teoria causalista do delito propõe que o dolo e a culpa, por estarem situados na conduta, tornam o injusto penal a parte subjetiva do conceito de crime.
- d) A teoria funcionalista radical, de Gunther Jakobs, assevera que a missão do direito penal é a proteção da norma e a punição do indivíduo desviante.
- e) A ação, na teoria do funcionalismo sistêmico, de Claus Roxin, designa o exercício de uma atividade final, que direciona a conduta humana ao ato consciente e voluntário para o cometimento do crime.

**2. (CEBRASPE-CESPE – 2019)** Acerca dos pensamentos criminológicos e das bases históricas, filosóficas e teóricas do direito penal, assinale a opção correta.

- a) O direito penal do inimigo, de Gunther Jakobs, estabelece a proteção da norma jurídica como fator de proteção social, com recrudescimento das medidas penais com vistas à contenção da violência, mas garantindo ao inimigo a postura de sujeito de direito, por meio da observância das garantias constitucionais.
- b) O neopunitivismo, como movimento panpenalismo, estabelece baixo nível de seletividade dos fatos criminosos e de seus autores pelas leis penais e máxima garantia ao cidadão contra a intervenção excessiva do Estado punitivista.
- c) O direito intervencionista oferece soluções satisfatórias para o enfrentamento da criminalidade, com ampliação do Estado punitivista e imposição de penas mais drásticas na contenção de crimes de perigo abstrato ou contra bens coletivos ou difusos.
- d) O Código Criminal do Império foi criado, em 1830, com vistas ao estabelecimento de um ordenamento jurídico penal brasileiro próprio, embora não tenha conseguido seu intento liberal, diante de obstáculos socioeconômicos enraizados na sociedade agrária, escravista e patriarcal existente à época.
- e) A criminalização primária, consistente no poder punitivo subjetivo exercido pelo Estado contra pessoas determinadas, caracteriza-se pela seletividade e vulnerabilidade, com fundamento na teoria do etiquetamento.

→ **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PENAL, DA ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES**

**3. (CEBRASPE-CESPE – 2019)** O art. 1º do Código Penal brasileiro dispõe que “não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”. Considerando esse dispositivo legal, bem como os princípios e as repercussões jurídicas dele decorrentes, julgue o item que se segue.

O presidente da República, em caso de extrema relevância e urgência, pode editar medida provisória para agravar a pena de determinado crime, desde que a aplicação da pena agravada ocorra somente após a aprovação da medida pelo Congresso Nacional.

( ) Certo ( ) Errado

**4. (CEBRASPE-CESPE – 2019)** A respeito da analogia, assinale a opção correta.

- a) No direito penal aplica-se a analogia tanto para as normas penais incriminadoras como para as normas não incriminadoras.
- b) O direito penal admite a aplicação da analogia apenas para as normas incriminadoras.
- c) Em razão do princípio da legalidade, o direito penal não admite a aplicação da analogia.
- d) O direito penal admite a aplicação da analogia, desde que seja para beneficiar o réu.
- e) O direito penal admite a aplicação da analogia, desde que a vítima do crime concorde com a aplicação do instituto.

**5. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** O princípio da legalidade compreende

- a) a capacidade mental de entendimento do caráter ilícito do fato no momento da ação ou da omissão, bem como de ciência desse entendimento.
- b) o juízo de censura que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável por um fato típico e ilícito, com o propósito de aferir a necessidade de imposição de pena.
- c) a oposição entre o ordenamento jurídico vigente e um fato típico praticado por alguém capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.
- d) a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.

- e) a conformidade da conduta reprovável do agente ao modelo descrito na lei penal vigente no momento da ação ou da omissão.

**6. (CEBRASPE-CESPE – 2017)** Com relação ao acesso à justiça e aos princípios processuais, julgue o item subsecutivo.

O princípio da legalidade não impede que o juiz apene o acusado criminal com base nos costumes e que o legislador vote norma penal sancionadora de coação direta, impondo desde logo a pena, sem julgamento.

( ) Certo ( ) Errado

## → CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO

**7. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** No tocante à disciplina do direito penal, julgue o item a seguir.

Para a abolição criminis, não basta a revogação formal da lei penal anterior, impondo-se, para a sua caracterização, o fato de que o mesmo conteúdo normativo não tenha sido preservado nem deslocado para outro dispositivo legal.

( ) Certo ( ) Errado

**8. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** A respeito da aplicação da lei penal, julgue o item a seguir.

Lei posterior que deixe de considerar crime determinado fato faz cessarem tanto os efeitos penais quanto os efeitos cíveis de eventual sentença condenatória.

( ) Certo ( ) Errado

**9. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** No que se refere ao Código Penal e ao Decreto nº 37.042/1996, o qual aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Alagoas, julgue o item que se segue.

O trânsito em julgado da sentença penal condenatória é fator impeditivo para que lei posterior que favorece o agente seja aplicada a fatos anteriores.

( ) Certo ( ) Errado

**10. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** A aplicação do princípio da retroatividade benéfica da lei penal ocorre quando, ao tempo da conduta, o fato é

- típico e lei posterior suprime o tipo penal.
- típico e lei posterior provoca a migração do conteúdo criminoso para outro tipo penal.
- típico e lei posterior aumenta a pena correspondente ao crime.
- típico e lei posterior acrescenta hipótese de aumento de pena.
- atípico e lei posterior o torna típico.

### → TEMPO DO CRIME

**11. (CEBRASPE-CESPE – 2019)** Com relação ao tempo e ao lugar do crime e à aplicação da lei penal no tempo, julgue o item seguinte.

O Código Penal adota a teoria da atividade, segundo a qual o delito deverá ser considerado praticado no momento da ação ou da omissão e o local do crime deverá ser aquele onde tenha ocorrido a ação ou a omissão.

( ) Certo ( ) Errado

**12. (CEBRASPE-CESPE – 2017)** Em sete de janeiro de 2017, João praticou conduta que, à época, configurava crime punível com prisão. O resultado desejado pelo autor, no entanto, foi alcançado somente dois meses depois, ou seja, em sete de março do mesmo ano, momento no qual a conduta criminosa tinha previsão de ser punida com pena menos grave, de restrição de direitos.

Nessa situação hipotética, de acordo com a lei penal, considera-se praticado o crime somente em sete de março de 2017, momento em que se alcançou o resultado desejado.

( ) Certo ( ) Errado

### → LUGAR DO CRIME

**13. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** Jamil telefonou para Lurdes simulando o sequestro da neta dela. Ambos localizavam-se em Brasília – DF. Ludibriada, Lurdes enviou dinheiro à conta de Jorge, nascido e residente no

Paraguai e comparsa de Jamil. Jorge foi condenado e cumpriu pena no estrangeiro pelos fatos narrados.

No que se refere a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

É correto afirmar que o crime relatado na situação em tela foi praticado tanto no Brasil quanto no Paraguai.

( ) Certo ( ) Errado

**14. (CEBRASPE-CESPE – 2019)** Considerando o Código Penal brasileiro, julgue o item a seguir, com relação à aplicação da lei penal, à teoria de delito e ao tratamento conferido ao erro.

Em razão da teoria da ubiquidade, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria ter sido produzido o resultado.

( ) Certo ( ) Errado

**15. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** Na tentativa de entrar em território brasileiro com drogas ilícitas a bordo de um veículo, um traficante disparou um tiro contra agente policial federal que estava em missão em unidade fronteiriça. Após troca de tiros, outros agentes prenderam o traficante em flagrante, conduziram-no à autoridade policial local e levaram o colega ferido ao hospital da região.

Nessa situação hipotética, para definir o lugar do crime praticado pelo traficante, o Código Penal brasileiro adota o princípio da ubiquidade.

( ) Certo ( ) Errado

**16. (CEBRASPE-CESPE – 2017)** A respeito da aplicação da lei penal, do crime e da imputabilidade penal, julgue o item a seguir.

Situação hipotética: Pedro residia na cidade X com sua companheira Maria. Em uma discussão doméstica, Pedro esfaqueou Maria, que teve de ser atendida na cidade Y, já que em X não havia atendimento médico adequado ao seu caso. Maria faleceu na cidade Y, em decorrência da lesão sofrida.

Assertiva: Nessa situação, considera-se lugar do crime a cidade X.

( ) Certo ( ) Errado

## → PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE

**17. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** No que se refere ao Código Penal e ao Decreto nº 37.042/1996, o qual aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Alagoas, julgue o item que se segue.

Para efeitos penais, as aeronaves brasileiras de natureza pública, onde quer que se encontrem, são consideradas extensão do território nacional.

( ) Certo ( ) Errado

**18. (CEBRASPE-CESPE – 2019)** Acerca das regras de territorialidade e de extraterritorialidade da lei penal, assinale a opção correta.

- a) Crime de genocídio praticado fora do território brasileiro poderá ser julgado no Brasil quando cometido contra povo alienígena por estrangeiro domiciliado no Brasil.
- b) O brasileiro que praticar crime em território estrangeiro poderá ser punido, devendo ser aplicada ao fato a lei penal brasileira, ainda que o agente não mais ingresse no Brasil.
- c) Crime contra a administração pública nacional praticado no exterior ficará sujeito à lei brasileira quando o agente criminoso que estava a serviço da administração regressar ao Brasil.
- d) Crime praticado em embarcação de propriedade de governo estrangeiro, quando se encontrar em mar territorial brasileiro, ficará sujeito à lei penal brasileira.
- e) Crime praticado em aeronave brasileira de propriedade privada em território estrangeiro não se sujeita à lei penal brasileira, mesmo que não seja julgado no exterior.

## → DOLO, CULPA E PRETERDOLO

**19. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** Com relação à teoria geral do direito penal, julgue o item seguinte.

A consciência atual da ilicitude é elemento do dolo, conforme a teoria finalista da ação.

( ) Certo ( ) Errado

**20. (CEBRASPE-CESPE – 2020)** No que se refere a aspectos legais relacionados aos procedimentos policiais, julgue o item a seguir.

O crime culposo ocorre quando o agente não quer o resultado, mas assume o risco de produzi-lo, admitindo-se, assim, a forma tentada, que é aquela em que, iniciada a execução, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

( ) Certo ( ) Errado

**21. (CEBRASPE-CESPE – 2019)** Considerando-se o estudo do dolo e da culpa na teoria do delito, é correto afirmar que se está diante

- a) da teoria da decisão contrária ao bem jurídico, no campo das teorias volitivas do dolo, quando o agente produz um resultado típico por integrar a realização de seu plano, diferenciando-se de um mero descuido.
- b) da culpa inconsciente, quando o agente não prevê o resultado imprevisível, de modo a retirar a conduta, e, por consequência, não resulta crime por falta de ilicitude.
- c) do dolo indireto alternativo objetivo, quando o agente prevê a ocorrência do resultado, mas espera, realmente, que ele não aconteça.
- d) da conduta negligente, quando o agente deixa de adotar as cautelas exigíveis, o que elide a ilicitude do fato típico, em razão da ausência do resultado normativo.
- e) da conduta imperita, em que o agente conduz uma experiência comum arriscada ou perigosa, aferida pelo comportamento do homem médio, e causa efetiva lesão ao bem jurídico tutelado.

**22. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** No que tange à responsabilidade civil e penal do médico, julgue o item subsecutivo.

**Situação hipotética:** Ao planejar uma cirurgia de joelho, de forma descuidada, o médico não percebeu que a radiografia estava sendo observada pelo lado contrário e, durante a execução do procedimento, operou o joelho errado.

**Assertiva:** Nesse caso, cabe sua responsabilização criminal, mas não responsabilização civil.

( ) Certo ( ) Errado

## → ERRO DE TIPO

**23. (CEBRASPE-CESPE – 2020)** Na confraternização de final de ano de um tribunal de justiça, Ulisses, servidor do órgão, e o desembargador ganharam um relógio da mesma marca – em embalagens idênticas –, mas de valores diferentes, sendo consideravelmente mais caro o do desembargador. Ao ir embora, Ulisses levou consigo, por engano, o presente do desembargador, o qual, ao notar o sumiço do relógio e acreditando ter sido vítima de crime, acionou a polícia civil. Testemunhas afirmaram ter visto Ulisses com a referida caixa. No dia seguinte, o servidor tomou conhecimento dos fatos e dirigiu-se espontaneamente à autoridade policial, afirmando que o relógio estava na casa de sua namorada, onde fora apreendido.

Nessa situação hipotética, a conduta de Ulisses na festa caracterizou

- erro de tipo.
- excludente de ilicitude.
- arrependimento posterior.
- erro de proibição.
- crime impossível.

**24. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** Com referência à lei penal no tempo, ao erro jurídico-penal, ao concurso de agentes e aos sujeitos da infração penal, julgue o item que se segue.

**Situação hipotética:** Um agente, com a livre intenção de matar desafeto seu, disparou na direção deste, mas atingiu fatalmente pessoa diversa, que se encontrava próxima ao seu alvo.

**Assertiva:** Nessa situação, configurou-se o erro sobre a pessoa e o agente responderá criminalmente como se tivesse atingido a pessoa visada.

( ) Certo ( ) Errado

## → CRIME IMPOSSÍVEL

**25. (CEBRASPE-CESPE – 2018)** No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de execução penal, lei penal no tempo, concurso de crimes, crime impossível e arrependimento posterior.

Sílvio, maior e capaz, entrou em uma loja que vende aparelhos celulares, com o propósito de furtar algum aparelho. A loja possui sistema de vigilância eletrônica que monitora as ações das pessoas, além de diversos agentes de segurança. Sílvio colocou um aparelho no bolso e, ao tentar sair do local, um dos seguranças o deteve e chamou a polícia. Nessa situação, está configurado o crime impossível por ineficácia absoluta do meio, uma vez que não havia qualquer chance de Sílvio furtar o objeto sem que fosse notado.

( ) Certo ( ) Errado

**26. (CEBRASPE-CESPE – 2017)** Jonas descobriu, na mesma semana, que era portador de doença venérea grave e que sua esposa, Priscila, planejava pedir o divórcio. Inconformado com a intenção da companheira, Jonas manteve relações sexuais com ela, com o objetivo de lhe transmitir a doença. Ao descobrir o propósito de Jonas, Priscila foi à delegacia e relatou o ocorrido. No curso da apuração preliminar, constatou-se que ela já estava contaminada da mesma moléstia desde antes da conduta de Jonas, fato que ela desconhecia.

Nessa situação hipotética, considerando-se as normas relativas a crimes contra a pessoa, a conduta perpetrada por Jonas constitui

- tentativa de perigo de contágio venéreo.
- crime impossível, em razão do contágio anterior.
- delito putativo de contágio por moléstia grave.
- perigo de contágio por moléstia grave consumado.
- tentativa de lesão corporal, devido ao perigo de contágio venéreo.

## → TENTATIVA (CRIME)

**27. (CEBRASPE-CESPE – 2021)** É possível a tentativa

- nas contravenções penais.
- nos crimes habituais.
- nos crimes culposos.
- nos crimes unissubsistentes.
- nos crimes praticados com dolo eventual.